



V - SOBERANIA NACIONAL:
PRESENÇA ATIVA DO BRASIL NO MUNDO



V – SOBERANIA NACIONAL: PRESENÇA ATIVA DO BRASIL NO MUNDO

1. Política externa

Em 2010, o Brasil seguiu engajado em sua política externa, no aprofundamento da integração da América do Sul, nos esforços de diversificação de parcerias internacionais e na democratização dos processos decisórios globais. Intensificaram-se também as medidas de apoio às comunidades brasileiras no exterior.

No que tange à América do Sul, foram registrados importantes avanços, como a retomada do dinamismo comercial e o crescimento. A crise econômica verificada em 2009 aos poucos foi superada e, pela primeira vez, a América do Sul representou 16,4% do comércio total do Brasil com o mundo, ultrapassando o volume de comércio com os EUA. Ressalta-se que o País registra superávit comercial com todos os países da região, salvo a Bolívia, em função do fornecimento de gás ao Brasil.

Em 2010, a relação com a Venezuela gerou superávit de US\$ 3,021 bilhões; com a Argentina, de US\$ 4,096 bilhões; e com o Paraguai, de US\$ 1,936 bilhão. A corrente de comércio com a Argentina atingiu, em 2010, o recorde de US\$ 32,948 bilhões.

Em prol de um cenário de integração, buscou-se o fortalecimento da União Sul-Americana de Nações (Unasul). Foram lançadas propostas de contínua expansão institucional, como nas áreas de economia e meio ambiente. O Brasil defendeu a expansão organizada da Unasul e logrou aprovar regras que dão organicidade ao processo. A Unasul ganhou nova visibilidade internacional e impulsionou iniciativas políticas de grande projeção, como a coordenação da assistência ao Haiti, tendo o Brasil contribuído com US\$ 40 milhões, por meio do Programa Brasil-Unasul. Em novembro de 2010, a IV Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Unasul aprovou o Protocolo sobre Compromisso com a Democracia, que prevê a possibilidade de aplicação de sanções como o fechamento de fronteiras e a interrupção do comércio, em caso de ruptura da ordem democrática.

O processo de integração no âmbito do Mercosul foi intensificado. A Cúpula de San Juan, na Argentina, encerrou negociações de quase sete anos com a aprovação de programa para eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC). Está aberto, hoje, o caminho para consolidar a União Aduaneira, discutir a coordenação de políticas comerciais e negociar acordo com a União Europeia. Igualmente significativa foi a aprovação do Código Aduaneiro, que uniformiza normas e procedimentos e dará maior segurança jurídica aos operadores de comércio. O Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), proposto pelo Governo brasileiro em 2003, ganhou novo perfil com a aprovação de projetos em montantes sem precedentes. Em San Juan, foram aprovados nove projetos, que perfazem a cifra de US\$ 795 milhões, sendo US\$ 650 milhões financiados pelo Fundo, destinados a linhas de transmissão elétrica, rodovias, apoio a pequenas e médias empresas, reforma de escolas públicas e saneamento básico. O Brasil logrou fazer crescer a percepção de que o Mercosul traz benefícios também aos pequenos sócios.

Sob a mesma perspectiva, promover o papel do Brasil como ator de crescente relevância no sistema internacional e manter o engajamento da diplomacia brasileira na discussão de temas globais serão prioridades para 2011. O avanço na integração física, energética e da infraestrutura entre o Brasil e seus parceiros sul-americanos é questão de extrema relevância. Outro desafio será aprofundar o Mercosul, com a aprovação do critério de representação cidadã no Parlamento e a consolidação da União Aduaneira. Da mesma forma será prioridade fortalecer a Unasul, por meio do apoio à Presidência *pro tempore* guianense. Em 2011 serão adotadas também ações para revitalizar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

Além do fortalecimento da Unasul e Mercosul, a relação entre o Brasil e os países da América do Sul foi ainda mais consolidada por meio de diversas iniciativas. O Brasil passou a apoiar reivindicações argentinas sobre as ilhas Sandwich e Geórgia do Sul, além das Malvinas. Foi adotada Declaração Nuclear que traz nova moldura em matéria de política nuclear e cooperação tecnológica, o que já





permitiu uma evolução favorável na construção conjunta de dois reatores de pesquisa a partir de projeto argentino. A Declaração Conjunta sobre Cooperação Nuclear será prioridade para 2011, assim com o avanço no projeto de satélite conjunto. Avançou-se na criação de fundo de US\$ 100 milhões para promover a integração produtiva e apoiar setores avançados na Argentina.

Com a Colômbia, os contatos entre os Presidentes dos dois países contribuíram para consolidar a confiança do novo Governo colombiano no Brasil. Assim, espera-se, para 2011, aprofundar as relações em suas vertentes econômica e política e intensificar a cooperação regional.

Com o Paraguai, o Brasil iniciou a implementação, por meio do Focem, do compromisso de construção da linha de transmissão entre Itaipu e Villa Hayes (Assunção). As obras devem ficar prontas em 2013. A referida linha de transmissão, o Regime de Tributação Unificada e a ampliação das jornadas de regularização migratória de brasileiros são objetivos para 2011.

Na agenda com o Uruguai, foi assinado o Acordo de Navegação da Hidrovia Uruguai-Brasil. Com a assunção do novo Governo uruguaio, tomaram fôlego diversos projetos de infraestrutura que podem contar com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Pretende-se para 2011 avançar, com o Uruguai, no planejamento para a construção da linha de transmissão elétrica de 400 km unindo os dois países.

Junto ao Governo chileno foram retomadas as negociações de acordo de investimentos que devem ser continuadas em 2011, o que reflete a nova posição do Brasil como investidor no exterior e poderá servir de parâmetro para outras atuações nessa linha. Está prevista possível participação brasileira no projeto do telescópio E-ELT, a ser instalado no Chile. Deverá também ser inaugurado o Corredor Rodoviário Bioceânico Brasil-Bolívia-Chile.

Com o Peru, instalou-se a Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça. A Rodovia Interoceânica Sul e o trecho rodoviário do Eixo Multimodal IIRSA Norte têm inauguração prevista para o início de 2011, ano em que se pretende implementar o Acordo Energético entre Brasil e Peru.

Em 2011, em parceria com a Bolívia, será aprofundado o combate ao narcotráfico e promovida a regularização migratória dos brasileiros.

Com a Venezuela, o objetivo será avançar nos projetos de cooperação agrícola, industrial, bancária e habitacional. Manter o bom diálogo político e dar seguimento ao financiamento e construção do porto de Mariel e avançar na implementação dos compromissos assumidos na I Cúpula Brasil-CARICOM será a tônica nas relações com Cuba em 2011.

Com o México, iniciaram-se negociações de um Acordo Estratégico de Integração Econômica, ênfase a ser mantida durante 2011.

No Haiti, o Brasil se posicionou como um dos grandes parceiros no pós-terremoto: mobilizou intensa assistência humanitária, com recursos da ordem de US\$ 171 milhões; aumentou seu contingente na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah); e anunciou doações de US\$ 172 milhões, com um programa significativo em saúde, sendo também o primeiro país a fazer o depósito no Fundo de Reconstrução. Ao lado dos EUA, França, Espanha, Canadá e Venezuela e de representantes da ONU, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Comunidade do Caribe (CARICOM), o Brasil integrou a Comissão Interina, criada pelo Governo haitiano para aprovar os programas da reconstrução. Em 2011, será mantido o engajamento brasileiro na Minustah e junto à construção da hidrelétrica de Artibonite, com vistas à estabilização e ao desenvolvimento econômico e institucional do Haiti.





O ano de 2010 foi também marcado pela continuação do processo de adensamento das relações do Brasil com a África. Ressalta-se a realização do “Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural”, no qual estiveram presentes 45 delegações africanas, sendo 39 delas chefiadas por seus Ministros da Agricultura. Destaca-se também a realização de Comissões Mistas de Cooperação com África do Sul, Argélia, Botsuana, Burkina Faso, Camarões, Moçambique e Senegal. O Presidente da República, em 2010, participou da I Cúpula Brasil-Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Brasil-CE-DEAO), em Cabo Verde, e em seguida visitou a África do Sul, Guiné-Equatorial, Quênia, Tanzânia e Zâmbia. Em novembro de 2010, foi a Moçambique visitar a fábrica de antirretrovirais a ser inaugurada em Maputo com recursos da cooperação brasileira. Vários presidentes africanos vieram ao Brasil, entre os quais os da África do Sul, Angola, Camarões, Libéria e Zâmbia. Foram assinadas, ainda, as Parcerias Estratégicas com África do Sul e Angola e criadas Embaixadas Residentes em Serra Leoa, Libéria e Maláui.

O Brasil foi sede da Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa, na qual se discutiram a valorização da língua e sua projeção internacional e delegação brasileira compareceu à VIII Cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Luanda.

Em relação ao Oriente Médio, o Brasil posicionou-se de modo a contribuir para a promoção da paz. Em 2010, pela primeira vez um Chefe de Estado brasileiro visitou Israel, Territórios Palestinos Ocupados, Jordânia e Catar. Também de maneira inédita, visitaram o Brasil o xeque do Catar, Hamad Bin Khalifa al Thani, e o Presidente da Síria, Bashar Assad – além do Presidente libanês, Michel Sleiman. Merecem destaque a entrada em vigor do Acordo de Livre Comércio Mercosul - Israel e a doação de US\$ 500 mil à *United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East* (UNRWA), agência da ONU que trata dos refugiados palestinos, para a reconstrução de campo de refugiados palestinos no Líbano.

Em 2011 serão aprofundadas as relações bilaterais com países da África e do Oriente Médio, estimulando visitas de alto nível. Com o continente africano será promovida a criação de novas rotas aéreas diretas.

Houve continuidade no processo de estreitamento das relações do Brasil com a Ásia e com a Oceania. No âmbito econômico-comercial, destacam-se a consolidação da China como nosso principal parceiro no mundo e a significativa ampliação do intercâmbio com a região. No âmbito político, registra-se a visita do Presidente da República ao Irã, as visitas do Presidente da China, Hu Jintao, do Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh, e dos Chanceleres da Nova Zelândia e da Austrália. Foram também celebrados encontros presidenciais com os mandatários do Japão e da República da Coreia, à margem de reuniões multilaterais. O Brasil fez doações para ajuda humanitária ao Paquistão, ao Sri Lanka, às Maldivas e à República Quirguiz. Foi realizada missão técnica ao Afeganistão e ao Paquistão para promover a expansão de iniciativas de cooperação.

Em 2011, será preparada visita presidencial à China e serão retomadas as reuniões da Subcomissão Econômico-Comercial e estimuladas medidas conducentes à elevação do valor agregado das exportações brasileiras para aquele país.

No ano de 2010 foram abertas Embaixadas residentes em Myanmar e em Bangladesh e estabelecidas relações diplomáticas com as Ilhas Marshall, Kiribati e Micronésia. Igualmente, no campo diplomático, foram criadas as Embaixadas em Suva (Fiji), Yaren (Nauru) e Honiara (Ilhas Salomão), cumulativas com a Embaixada em Camberra; Funafuti (Tuvalu) e Apia (Samoa), cumulativas com a Embaixada em Wellington; Malequeoque (Palau), cumulativa com a Embaixada em Manila; e Timphu (Reino do Butão), cumulativa com Nova Delhi. Deu-se, ainda, início aos trabalhos para abertura das Embaixadas do Brasil em Katmandu e em Cabul.

No âmbito do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) e do agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China (BRIC), o Brasil teve atuação proeminente em 2010, tendo sediado a IV Cúpula IBAS e a II Cúpula BRIC, realizadas em Brasília. O Brasil ainda teve ação destacada como coordenador regional sul-americano das Cúpulas América do Sul-Países Árabes (ASPA) e América do Sul-África (ASA).





Estreitar a coordenação política e aprofundar a cooperação triangular no âmbito do IBAS e buscar a ampliação da agenda político-estratégica do BRIC são linhas de ação para 2011, além de esforços para a conclusão da Rodada Doha e a conclusão da negociação de Acordo de Associação Mercosul-União Europeia.

Foram também intensificadas as relações Brasil-Estados Unidos em 2010. Durante a visita ao Brasil da Secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, foi criado o Diálogo de Parceria Global Brasil-EUA e foram assinados três Memorandos de Entendimento, sobre Atividades de Cooperação Técnica em Terceiros Países, Cooperação em Mudança do Clima e Cooperação para o Avanço da Condição da Mulher. Foram também assinados o Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa, o Acordo sobre Segurança de Informação Militar e o Acordo para Redução de Dívida em Apoio à Conservação de Florestas Tropicais. Com o Canadá, foram criados o Diálogo de Parceria Estratégica, o Foro de Altos Executivos e o Diálogo Político-Militar. Para 2011, será preparada visita presidencial e reuniões do Diálogo de Parceria Global e do Diálogo de Parceria Econômica com os EUA.

No âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Brasil desempenhou papel relevante no tratamento das principais questões interamericanas ao longo de 2010, como a suspensão de Honduras da OEA após a ruptura da ordem democrática naquele país, em junho de 2009, e a tentativa de golpe de estado no Equador, em setembro. O Brasil participou da XL Assembleia Geral da OEA, cujo tema central foi “Paz, Segurança e Cooperação”.

A agenda internacional brasileira também buscou a intensificação das relações com a Europa. O Presidente da República realizou, em 2010, visitas oficiais a Portugal e à Rússia e participou da IV Cúpula Brasil-União Europeia (UE) e da VI Cúpula América Latina e Caribe-UE. Visitaram o Brasil Chefes de Estado ou de Governo e outros altos mandatários da Alemanha, Áustria, Belarus, Bósnia e Herzegovina, Chipre, Dinamarca, Espanha, Estônia, Hungria, Itália, Luxemburgo, Macedônia, Malta, Montenegro, Países Baixos, Romênia, Rússia, Sérvia, Suécia e Turquia, bem como o Presidente do Conselho Europeu da UE e o Secretário-Geral Ibero-Americano. Foram criadas Embaixadas residentes na Albânia, Belarus, Bósnia e Herzegovina, Chipre, Estônia e Geórgia, e Embaixada cumulativa em Mônaco.

Em 2011, objetiva-se aprofundar a parceria estratégica com a União Europeia e construir novas alianças com países europeus em áreas específicas: aeroespacial (Ucrânia), energia (Noruega, Reino Unido, Rússia), esportes (Reino Unido), mudança do clima e meio ambiente (França, Noruega), defesa (França, Itália, Rússia, Suécia), reforma da governança global (Alemanha, França, Reino Unido), financeira (Alemanha) e telecomunicações (Espanha, Finlândia, Portugal).

Na Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil assumiu, pela 10ª vez, assento não permanente no Conselho de Segurança (CSNU), e manteve a contribuição com efetivos militares para a Minustah. Na área de desarmamento, o Brasil participou da Cúpula de Segurança Nuclear, presidiu a Conferência do Desarmamento e participou da II Reunião das Zonas Livres de Armas Nucleares e da VIII Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP).

Buscar resultados concretos na reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e orientar a presença brasileira no Conselho na busca de soluções diplomáticas para desafios na esfera da paz, segurança e desarmamento são compromissos para 2011, assim como revitalizar a Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (ZOPACAS).

No campo dos Direitos Humanos, o Brasil exerceu, em 2010, a presidência do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT), integrou a Junta Executiva da ONU-Mulheres (UN-Women) e sediou a XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe. Foi sede do XII Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Justiça Criminal.

Em 2011, será organizada a Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde no Rio de Janeiro. Buscar-se-á eleger





candidato brasileiro ao cargo de Diretor-Geral da FAO e será dado seguimento ao processo preparatório da Conferência Rio+20 (2012) sobre desenvolvimento sustentável.

a) Cooperação Técnica

No que se refere à cooperação técnica Sul-Sul, foram realizadas 590 iniciativas em 2010, ao custo de cerca US\$ 35 milhões, alcançando 81 países, com predominância para a África (52% dos recursos aplicados), seguida da América Latina e do Caribe (40%) e Ásia (8%). Em especial, foram priorizados projetos no Haiti, Timor-Leste, Paraguai e países de língua portuguesa na África. Os setores com maior volume de operações foram agricultura (22%), saúde (16%), educação (12%), meio-ambiente (7%), segurança pública (6%) e administração pública (5%). Entre esses projetos, destacam-se uma fazenda experimental de cultivo de algodão no Mali, um projeto de rizicultura no Senegal e um programa de segurança alimentar no Haiti, além do funcionamento de centros de formação profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) em Timor-Leste, Paraguai, Cabo Verde e Guiné Bissau e da preparação de novas unidades no Haiti, Guatemala, Bolívia, Jamaica, Moçambique, Colômbia e São Tomé e Príncipe. Foi iniciada, ainda, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), a instalação de um centro de formação profissional em comércio e serviços no Haiti. Além disso, iniciou-se a construção de um hemocentro em Gana voltado para o tema da anemia falciforme.

Na área de energia, em 2010 o Brasil promoveu a realização de estudos de viabilidade de produção de bioenergia no Senegal e na Guatemala e iniciou estudo na Guiné-Bissau, em parceria com os EUA. Foram organizados seminários de capacitação para a produção de biocombustíveis (“Pro-Renova”) em 11 países na África. Nas Américas, o Brasil contribuiu para o projeto “Construindo com eficiência energética e sustentabilidade” da Parceria de Clima e Energia das Américas, em favor do uso eficiente de energia em bairros de baixa renda, e participou do processo decisório norte-americano que culminou com a classificação do etanol brasileiro como “biocombustível avançado”. Em 2011, serão consolidadas as parcerias internacionais para o aumento do número de produtores e consumidores dos biocombustíveis e promovida a transformação do etanol em *commodity*. Serão estimuladas parcerias estratégicas na área de usos pacíficos da energia nuclear.

Em foros internacionais, o Brasil está engajado na definição de critérios de sustentabilidade da bioenergia no *Global Bioenergy Partnership* (GBEP) e na *International Organization for Standardization* (ISO), e participa da elaboração do Tratado Energético Sul-Americano no âmbito da Unasul e da criação do Foro Internacional de Energia (IEF), organização que deverá, pela primeira vez, reunir os maiores produtores e consumidores mundiais de energia. Para fortalecer a posição do Brasil como protagonista na atual expansão do mercado global de usos pacíficos da energia nuclear, buscou-se ampliar e diversificar parcerias estratégicas com África do Sul, China, Coreia do Sul e França.

A campanha pela adesão de novos países ao padrão nipo-brasileiro de TV digital seguiu exitosa. Bolívia, Costa Rica, Equador, Filipinas, Paraguai e Venezuela agora se somam a Argentina, Brasil, Chile, Japão e Peru. O grupo abarcado pelo padrão ISDB-T representa população superior a 550 milhões de habitantes e PIB de US\$ 7,7 trilhões, atingindo escala de mercado internacional. Em 2011, continuará o trabalho de divulgação do padrão de TV digital nipo-brasileiro nas Américas do Sul, Central, Caribe e África.

Ainda na área de ciência e tecnologia (C&T), destacam-se a negociação com a França para transferência de tecnologia ao Brasil na área de supercomputação e a ampliação da cooperação com a China, sobretudo na área espacial. No contexto da capacitação brasileira em C&T, foram lançadas negociações para associação do País ao Conselho Europeu de Pesquisas Nucleares (CERN) e ao Observatório Europeu Austral (ESO). Nos foros multilaterais que tratam de Governança da Internet, o Brasil ajudou a consolidar posições desenvolvimentistas, divulgando o Decálogo de Princípios para a Governança e Uso da Internet, concebido pelo





Comitê Gestor da Internet no Brasil. Foi exitosa a candidatura do Rio de Janeiro para sediar, em 2013, a reunião do W3C, consórcio internacional que define padrões para o uso e desenvolvimento da Internet. No plano regional, destaca-se o avanço do diálogo sul-americano para integração das redes de fibra ótica.

b) Negociações Econômico-Comerciais

No que tange a negociações econômico-comerciais pluri e multilaterais, empreenderam-se em 2010 ações destinadas a impulsionar as negociações relevantes, tanto do ponto de vista da governança econômica global como da manutenção e abertura de mercados. Na reunião de Cúpula em Madri foram retomadas as negociações de acordo de livre comércio Mercosul-União Europeia, suspensas desde 2004. Foi assinado o Acordo de Livre Comércio Mercosul-Egito, o segundo dessa natureza a ser concluído pelo bloco com parceiro extrarregional. Em abril, entrou em vigor para o Brasil o Acordo de Livre Comércio Mercosul-Israel, assinado em 2007.

Durante a presidência *pro tempore* brasileira do Mercosul, foram promovidas negociações com a Jordânia, Síria e Autoridade Nacional Palestina. Houve, igualmente, ativa participação brasileira na Organização Mundial do Comércio (OMC), com vistas ao relançamento e à conclusão, em 2011, da Rodada Doha. Merecem destaque ainda as seguintes ações: i) a conclusão das negociações da Rodada São Paulo do Sistema Geral de Preferências Comerciais (SGPC); ii) a realização, no Brasil, do 33º Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL); iii) o diálogo econômico com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), destacando-se a revisão do Acordo do Setor Aeronáutico (ASU); e iv) a participação na Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) e na Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Registrem-se, igualmente, o acordo com os EUA sobre algodão e a negociação com a Rússia de concessões no mercado de carnes, no contexto da acessão daquele país à OMC. O Itamaraty ampliou a rede de Setores de Promoção Comercial (SECOMs) nas Embaixadas no exterior, com a abertura de 34 novos setores, totalizando 100 unidades em 78 países.

Na esfera do G-20, o Brasil exerceu papel ativo em prol de mudanças na governança econômica e contribuiu para importantes resultados nas Cúpulas de Toronto e Seul, quais sejam: i) acordo para aumentar o poder dos países em desenvolvimento no FMI; ii) abertura de foros importantes, como o Comitê de Basileia sobre bancos, para a participação dos países emergentes; e iii) início de maior cooperação em políticas macroeconômicas para gerenciar coletivamente a economia mundial no século XXI. De modo similar o País atuou no âmbito de organismos internacionais como FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Asiático de Desenvolvimento. No plano bilateral, como credor, o Brasil renegociou as dívidas de Suriname e Cabo Verde.

c) Comunidades Brasileiras no Exterior

No que se refere às comunidades brasileiras no exterior, em 2010 o Brasil deu continuidade à implementação de amplo programa de regularização migratória dos brasileiros no Paraguai e ao equacionamento do problema dos nossos concidadãos que vivem em área fronteiriça boliviana. Realizaram-se reuniões de consulta bilateral sobre questões consulares e migratórias com Espanha, Reino Unido, Portugal, França, México, EUA e Japão. Foram criados centros de apoio a brasileiros vítimas de tráfico, exploração laboral e violência doméstica. Foi aberta, em caráter experimental, a Casa do Trabalhador Brasileiro no Japão, e assinado um acordo de cooperação na área de previdência social.

Ressalte-se a entrada em operação da Ouvidoria Consular e a edição do Decreto nº 7.214, de 15 de junho de 2010, que estabeleceu diretrizes da política governamental para as comunidades brasileiras no exterior e criou o Conselho de Representantes de Brasilei-





ros no Exterior (CRBE), eleito por votação eletrônica. A III Conferência Brasileiros no Mundo, realizada no Rio de Janeiro, fechou um ciclo de realizações que teve início com a “Carta aos brasileiros que vivem longe de casa”, divulgada em 2002 pelo então candidato à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva.

2. Soberania

A construção de um modelo de desenvolvimento que fortaleça a democracia e que reduza as desigualdades sociais e os desequilíbrios regionais deve compatibilizar as prioridades nos campos político, social e econômico com as imperiosas necessidades de defesa. Nesse sentido, cumpre às Forças Armadas estabelecer e preservar um ambiente de segurança adequado para que esses desafios sejam ultrapassados, de forma a garantir não só a soberania nacional e a integridade territorial, mas também a projeção regional, hemisférica e global do Estado brasileiro.

Para direcionar a atuação do Governo na questão da soberania nacional, a Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, foi pautada em ações estratégicas de médio e longo prazos. A END tem como objetivo a modernização da estrutura nacional de defesa, por meio de três eixos estruturantes que são a reorganização das Forças Armadas, a reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e a implementação de uma política de composição dos efetivos das Forças Armadas.

Em 2010, foi sancionada a Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, criando o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, e foram editados decretos dispondo sobre a Nova Estrutura Militar de Defesa e sobre a reorganização da estrutura do Ministério da Defesa. Deu-se início à efetiva implantação das ações decorrentes da END, oportunidade em que foram apresentadas diversas propostas de mudança de legislações que dizem respeito à defesa nacional. Entre outras, a do projeto de lei que define a articulação e o equipamento das Forças; a de atualização da Política Nacional da Indústria de Defesa e da Política de Ciência e Tecnologia e Inovação para a Defesa Nacional.

Em cumprimento às diretrizes da Política de Defesa Nacional e da Estratégia Nacional de Defesa, foi elaborado, em 2009, o Plano de Articulação e Equipamento da Defesa (Paed). Esse plano tem o objetivo de harmonizar a capacidade de defesa do País com o seu crescente nível de desenvolvimento e com o papel de protagonista desempenhado pelo Brasil no cenário internacional.

Para isso, há a necessidade do restabelecimento e do incremento, ao longo dos próximos 20 anos, de nossa capacidade dissuasória. Isso requer o estabelecimento de uma estrutura de defesa flexível, com capacidade de vigilância e monitoramento das áreas estratégicas, dotada de elevado grau de mobilidade e apta a ser empregada, conforme preconizado pela END. O Plano também considera a necessidade de racionalidade administrativa, de coordenação de projetos comuns, de cooperação entre as Forças e de integração dos programas e projetos constantes do Paed aos demais segmentos da sociedade brasileira com responsabilidades diretas em relação à defesa do Brasil.

O Paed representa a consolidação dos detalhados Planos de Articulação e Equipamento da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, referenciados a metas de curto prazo (até 2014), de médio prazo (entre 2015 e 2022) e de longo prazo (entre 2023 e 2030), com os respectivos custos e prioridades.

Em 2010, o Governo continuou a priorizar as ações voltadas para a Amazônia. No que diz respeito à manutenção da soberania e integridade territorial e ao desenvolvimento regional, destaca-se o papel do Programa Calha Norte (PCN), criado em 1985. Em 25 anos de existência, o PCN, que teve sua área de atuação expandida em agosto de 2008, abrange atualmente 194 Municípios, 95 dos quais ao longo dos 10.938 quilômetros da faixa de fronteira, em seis Estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia





e Roraima), numa área que corresponde a 32% do território nacional (2.743.986 km²), onde habitam cerca de oito milhões pessoas, incluindo 46% da população indígena do Brasil.

O PCN possui mais de 900 empreendimentos em andamento na sua vertente civil, que possibilitarão o atendimento a demandas essenciais nas áreas de educação, saúde, saneamento básico e infraestrutura para a população amazônica. Para 2011, o programa pretende empreender ritmo de trabalho igual ao de 2010.

Das ações realizadas pela vertente militar do PCN, cabe destacar: i) a implantação do 3º Batalhão de Infantaria de Selva em Barcelos (AM); ii) a adequação dos Pelotões Especiais de Fronteira; iii) a implantação da Agência Fluvial em Humaitá-AM; iv) a aquisição e manutenção de embarcações dos Comandos dos 9º e 4º Distritos Navais, capitânicas, delegacias, agências, do Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia e da Comissão de Aeroportos da Amazônia; v) a assistência médica e odontológica às comunidades ribeirinhas, efetuadas pelas três Forças; e vi) a melhoria das condições operacionais dos hangares de manutenção de aeronaves das unidades sediadas na Região.

Para 2011, encontram-se planejadas, entre outras, as seguintes ações: i) conclusão das instalações do 3º Batalhão de Infantaria de Selva em Barcelos (AM); ii) continuidade na adequação dos Pelotões Especiais de Fronteira; iii) aquisição e manutenção de embarcações; iv) continuidade das ações de assistência às comunidades carentes; e v) realização de ações voltadas para o desenvolvimento regional, por intermédio de convênios firmados com Estados e Municípios, localizados na área de atuação do Programa, buscando o atendimento do propósito maior do Programa de *“fixar o homem na região, aumentar a qualidade de vida das populações atendidas, integrar socialmente as comunidades isoladas e aumentar a presença do Estado na Região”*.

Em estreita sintonia com a END, o Exército Brasileiro, responsável pela defesa terrestre do País, implementou, em 2010, as ações planejadas na Estratégia Braço Forte, que teve como base os planos de Articulação e Equipamento, os quais detalharam as ações de planejamento decorrentes das condicionantes e diretrizes estabelecidas na END.

O Plano de Articulação, desenvolvido por meio dos Programas Amazônia Protegida e Sentinela da Pátria, contempla a distribuição espacial das organizações militares do Exército por todo o território nacional, com prioridade para a Região Amazônica. O Programa Amazônia Protegida abrange um conjunto de projetos voltados para o fortalecimento da presença militar na região Amazônica, tendo como um dos aspectos mais importantes o aumento da vigilância e monitoramento das fronteiras. O Sentinela da Pátria tem como escopo a reorganização e a modernização das brigadas e das unidades básicas de emprego da força terrestre. Nesse contexto, prosseguiu-se com a instalação, transformação e implantação de organizações militares em áreas estratégicas do Brasil, exceto a da Região Amazônica, já priorizada pelo Programa Amazônia Protegida.

Na área estratégica da Bacia do Prata, prosseguiu-se com o processo de adequação e instalação de organizações militares, com a continuidade das obras de construção do 3º Regimento de Carros de Combate, sediado em Ponta Grossa (PR), e a adaptação de instalações militares em Curitiba e Rio Negro (PR), bem como Santa Maria, Alegrete, São Gabriel e Rosário (RS), com o objetivo de reestruturar as forças blindadas e receber os novos veículos blindados de combate *Leopard*, contribuindo, dessa forma, para a dissuasão e a maior projeção de poder no contexto internacional.

Em 2010, os recursos destinados ao equipamento da Força Terrestre foram empregados, principalmente, nas ações de aquisição de simuladores de artilharia de campanha e no processo de aquisição de mais blindados do tipo *Leopard*. Para 2011, há previsão de chegada de aproximadamente 81 desses carros de combate, o que elevará a frota para mais de 220 veículos blindados. Esse incremento promoverá a equivalência tecnológica do Brasil aos demais países do Cone Sul, o que garantirá a necessária projeção nacional na Região.





O Plano de Equipamento compreende os Programas Mobilidade Estratégica e Combatente Brasileiro. O primeiro destina-se a viabilizar e completar a modernização dos equipamentos e as dotações de suprimentos do Exército, para que se tenha reais condições de atuar em qualquer parte do território nacional, com seus próprios meios, no curto prazo. No contexto desse Plano, prosseguiu-se com a renovação gradual do material de emprego militar, com prioridade para as estruturas blindadas, as de infantaria leve e de selva, as de operações especiais e a estrutura de forças de paz.

O Programa Combatente Brasileiro teve suas principais ações voltadas para pesquisa, desenvolvimento, produção e aquisição de meios de emprego militar diretamente afetos ao combatente. Esse Programa contempla projetos de ciência e tecnologia direcionados para a indústria nacional de material de defesa. Constituem-se em objetos desse programa a nova família de veículos blindados sobre rodas (carros de combate Guarani), os meios de artilharia destinados à defesa antiaérea, os meios de engenharia de combate e de construção, bem como os meios de comando e controle.

Para atingir os objetivos propostos para os próximos anos, é necessário que o Exército brasileiro passe por um amplo processo de transformação. Essa conclusão é fruto de estudos, diagnósticos e formulações de novas concepções para o futuro. Essa mudança permitirá que a Força terrestre brasileira alcance o patamar de força armada de país desenvolvido e seja um ator mundial capaz de se fazer presente, com a prontidão necessária, em qualquer ponto da área de interesse estratégico do Brasil.

O processo de transformação a que se propõe o Exército, iniciado com os planos de Articulação e Equipamento da Estratégia Braço Forte, permitirá à Força terrestre atender as capacidades básicas previstas na END. Esse processo está baseado nos vetores de doutrina, preparo e emprego; educação e cultura; gestão de recursos humanos; gestão corrente e estratégica, C&T; e modernização do material.

No que tange à ciência e à tecnologia, em agosto de 2010 foi criado o Centro de Defesa Cibernética do Exército (CDCiber), com a finalidade de defender o Estado brasileiro de possíveis ameaças às redes virtuais e sistemas de tecnologia da informação.

No exercício de 2011, dar-se-á início à instalação da infraestrutura física do projeto piloto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), tendo por base um dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) e, a partir daí, a implantação do Sistema em mais 20 PEF já existentes, e para os outros 28 projetados para implantação até 2030, gerando tecnologia nacional e empregos diretos e indiretos.

O Sisfron também contribuirá para o atendimento de anseios do Governo e da sociedade no que tange ao combate ao narcotráfico e ao contrabando de armas, de modo a facilitar ações conjuntas das Forças Armadas com o Ibama, a Defesa Civil e a Polícia Federal, em áreas estratégicas do País. O Sisfron será integrado aos Sistemas de Vigilância da Amazônia, de Gerenciamento da Amazônia Azul, de Defesa Aeroespacial Brasileiro e ao Projeto de Modernização Técnica da Polícia Federal, tendo como base a infraestrutura de telecomunicações nacional.

No prosseguimento das atividades referentes ao Plano de Articulação, continuam como principais ações em 2011 a implantação de novos PEF; o completamento da estrutura operacional e logística da região amazônica; e a reorganização e modernização das brigadas e das unidades básicas de emprego da Força terrestre, distribuídas pelas áreas estratégicas do Brasil.

O Serviço Militar também será foco de projetos constantes do Plano de Articulação. Tais projetos possibilitarão a formação e a preparação da reserva mobilizável do Exército pelo estabelecimento de novos centros de preparação de oficiais da reserva, tiros-de-guerra, escolas de instrução militar e centros de recrutamento e desmobilização, situados em localidades estrategicamente posicionadas no território, distantes das escolas e das unidades militares atualmente responsáveis pela formação de reservistas.





O projeto Soldado Cidadão tem como objetivo oferecer oportunidade de formação complementar aos jovens brasileiros incorporados às Forças Armadas, facilitando seu ingresso no mercado de trabalho, após o cumprimento dessa obrigação cívica. Em 2010, foram qualificados cerca de 14.800 jovens egressos do Serviço Militar, sendo 11.685 do Exército, 1.169 da Aeronáutica e 1.946 da Marinha. Desde o início do programa, em 2003, foram beneficiados mais de 147.000 jovens. Para 2011, o Soldado Cidadão tem por meta atender 25.000 jovens.

Para 2011, há a previsão de ingresso de aproximadamente 70.000 jovens na faixa etária de dezenove anos apenas no Comando do Exército. Esses jovens comporão, no futuro, a reserva mobilizável, e terão a oportunidade de conhecer, durante o serviço ativo, valores éticos, cívicos e morais, imprescindíveis à formação do cidadão brasileiro.

No que tange à indústria de produtos de defesa, cabe destacar a destinação de recursos para a modernização da infraestrutura operacional e administrativa da Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel), empresa pública de natureza estratégica para o setor. Em 2011 será dada continuidade a esse processo de reestruturação, com vistas à recuperação da capacidade produtiva da Imbel, que deverá fabricar produtos para utilização das Forças Armadas e das forças auxiliares.

a) Participação do Governo Brasileiro em Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah) e outras Missões de Paz

No que concerne à participação em Missões de Paz, o Governo vem cumprindo o acordo celebrado entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse sentido, desde 2004 mantém um contingente de 1.266 militares das Forças Armadas na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah). A tropa brasileira está constituída de quatro organizações militares: dois Batalhões de Infantaria de Força de Paz (BRABATT 1 e 2), uma Companhia de Engenharia (BRAENGCOY) e um Grupamento de Fuzileiros Navais. É o maior efetivo entre os países que participam da missão.

A situação de estabilidade no Haiti atingiu indicadores aceitáveis de segurança. A eficiência da missão da ONU foi a grande responsável pelas conquistas alcançadas por aquele país. Os seus contingentes civis e militares, em trabalho diuturno, garantem a necessária tranquilidade para o povo haitiano. A Minustah permitiu a estabilização político-institucional do Haiti e tem contribuído para o seu desenvolvimento social e econômico. Foi reconhecida internacionalmente como uma das missões de paz das Nações Unidas de maior sucesso.

O Brasil, por meio da sua tropa, é protagonista nesse cenário, pois liderar, com grande êxito, uma missão de elevado grau de complexidade logística e operacional contribui substancialmente para demonstrar a capacidade de atuação das Forças Armadas brasileiras, bem como dar peso ao País no trato de questões internacionais, diante das demais nações.

Além da Minustah, as Forças Armadas e as Polícias Militares do Brasil também contribuem com 96 militares em onze diferentes missões de paz da ONU, que participam como observadores ou integrantes de Estado-Maiores, atuando nos seguintes países e regiões: Sudão, Libéria, Costa do Marfim, Timor Leste, Nepal, Chipre, Líbano, Guiné Bissau, África Ocidental, Saara Ocidental e no próprio Haiti. Para isso, os contingentes são adequadamente preparados por meio de cursos e da realização de exercícios práticos. Deverão ser mantidas, em 2011, as atuais conquistas brasileiras no campo das operações de manutenção da paz da ONU e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

b) Operações Combinadas e Conjuntas

Por intermédio do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) foram realizados, em 2010, exercícios militares com





o emprego conjunto das Forças Armadas, sob coordenação centralizada e comando único. Tais operações têm por objetivo estratégico reforçar o poder dissuasório do Estado brasileiro, além de aumentar a integração e a interoperabilidade das Forças, de modo a estarem aptas para responder a sua missão.

Foram realizadas, no ano de 2010, as operações de grande porte Atlântico II e Amazônia, com deslocamento de grandes efetivos. A primeira ocorreu no mar territorial e faixa litorânea, com operações em Fernando de Noronha e no Arquipélago São Pedro e São Paulo, e a segunda na Região Norte. As duas operações simularam múltiplos aspectos de uma situação real.

Em 2010, também foram realizadas 81 operações de intensificação da presença das Forças Armadas na faixa de fronteira, sendo 73 patrulhas de reconhecimento e oito operações de grande vulto, com destaque para as operações Fronteira Sul, Cadeado e Curare, voltadas, em sua maioria, para a região amazônica. A finalidade dessas operações foi basicamente intensificar a presença do Estado nas faixas de fronteira das regiões Norte, Sul e Centro-Oeste; combater o tráfico ilegal de aeronaves no espaço aéreo brasileiro; e combater o narcotráfico e os ilícitos transnacionais. Estão previstas para 2011 as operações conjuntas Juruá e Anhanduí.

Para viabilizar o trabalho das Forças Armadas na realização de operações combinadas, missões humanitárias e de manutenção da paz, foi criado o Sistema de Comunicações Militares Via Satélite (Siscomis), que se constitui em valiosa ferramenta de telecomunicação do Sistema Militar de Comando e Controle, para o qual foram empregados recursos em 2010 para sua manutenção e ampliação.

Foram também aportados recursos no Sistema Tático de Enlace de Dados (Sisted), responsável pela promoção da sinergia entre as diversas plataformas navais, terrestres e aéreas das Forças. Nesse sentido, em 2010, o País avançou no delineamento de um empreendimento voltado ao desenvolvimento e à produção doméstica de uma família de equipamentos que empregam o conceito de Rádio Definido por Software (RDS), tecnologia situada na vanguarda das comunicações militares. Em 2011, continuarão os investimentos nessa atividade, visto que o êxito desse projeto permitirá que as Forças Armadas disponham de equipamentos capazes de atender, de forma integrada, à grande parte das futuras demandas por comunicações militares das três Forças e, sobretudo, proporcionará um incremento exponencial na interoperabilidade dessas instituições.

No que concerne à defesa aérea, em 2010 foram destinados recursos para o preparo e emprego da Força Aérea Brasileira (FAB), o que propiciou o aprimoramento tático-operacional e administrativo do seu efetivo militar e civil, tendo por resultado o aperfeiçoamento da logística de pronto emprego. Espera-se que em 2011 essa melhoria seja ainda mais intensa.

Com o objetivo de capacitar e manter capacitado o seu efetivo para operar aeronaves nacionais e adquiridas no exterior, a FAB realizou treinamentos específicos com a utilização de simuladores de voo. Prevista no Plano de Missões de Ensino da Força, essa atividade foi realizada por meio de intercâmbio com outros países, bem como com operações aéreas conjuntas, tanto no exterior, quanto no País. Pretende-se, no decorrer de 2011, intensificar as ações de adestramento em simuladores, que reduzem os riscos e custos, e as de operações conjuntas.

Também foram realizadas operações aéreas para treinamento de pilotos e pessoal da área de logística da FAB, em conjunto com a Marinha, o Exército Brasileiro e forças aéreas dos Estados Unidos, Argentina, Uruguai, Chile e França. Tais operações buscaram o preparo conjunto das Forças Armadas e o fortalecimento da integração e o vínculo de amizade com as referidas nações.

No que tange à manutenção e suprimento de combustíveis e lubrificantes e de material aeronáutico, os recursos destinados à manutenção operativa da aviação militar foram incrementados em 2010, possibilitando o cumprimento da meta anual de 180.000 horas de voo. Da mesma forma, foram realizadas todas as manutenções preventivas e corretivas, periódicas e obrigatórias, da frota de aeronaves.





No que diz respeito à área de Segurança de Voo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, em 2010 deu-se continuidade à modernização e à revitalização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab). Essas iniciativas visaram aprimorar a sua capacidade tecnológica e operacional, além de elevar a segurança dos usuários dos serviços de transporte aéreo. Está prevista a implantação de quatro novos radares, no ano de 2011, para que seja possível a ampliação da cobertura da área de vigilância do espaço aéreo brasileiro.

Também está programada, para 2011, a implantação e substituição de equipamentos de precisão para aproximação e pouso em vários aeroportos, com ênfase para o Aeroporto do Galeão, que terá capacidade de operação similar aos aeroportos mais modernos do mundo, que operam, independente de condições meteorológicas favoráveis, mesmo com restrições de visibilidade e teto.

Vale destacar, ainda, que em 2011 há necessidade de se continuar com a implementação da moderna concepção de apoio à navegação aérea, advinda dos novos conceitos Comunicação, Navegação e Vigilância/Gerenciamento do Tráfego Aéreo (CNS/ATM), elaborados pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), tendo em vista a necessidade de alcançar melhores índices de segurança e eficiência, diante da evolução tecnológica da aviação civil em todo o mundo e da projeção de crescimento do tráfego aéreo para as próximas décadas.

Pretende-se implantar, em 2011, o *backup* do Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea (CGNA), no Instituto de Controle do Espaço Aéreo (ICEA), em São José dos Campos; o CGNA - fase 2, no Rio de Janeiro; o *backup* do Centro de Controle de Área (ACC) e de Aproximação (APP) no ICEA; modernizar o Sistema de Tratamento de Visualização de Dados (STVD) de APP em Porto Seguro; implantar o novo software de STVD (Sagitário) nos Cindacta I (Brasília), Cindacta II (Curitiba), Cindacta III (Recife), bem como nos APP do Galeão e de São Paulo; modernizar a Torre de Controle de Tráfego Aéreo (TWR) de Belém, Confins e Curitiba, incluindo terminal de STVD; implantar simulador de tráfego aéreo na Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR); implantar a Estação Meteorológica de Superfície (EMS) 2 em Fernando de Noronha; substituir a EMS 2 de Tabatinga; substituir a EMS 1 de São Paulo, Recife, Fortaleza, Foz do Iguaçu, Pirassununga, Confins, Porto Alegre e Santa Cruz; implantar a EMS 1 em Uberlândia e Vitória; implantar a EMS TÁTICA em Caracará; substituir o atual Radiofarol OMNI-direcional em VHF (VOR/DME – *Very High Frequency Omni-Range/Distance Measuring Equipment*) por Radiofarol OMNI-direcional em VHF- *Doppler* (DVOR/DME – *Doppler Very High Frequency Omni-Range/Distance Measuring Equipment*) em Belém, Boa Vista, Foz do Iguaçu, Anápolis, Galeão, Confins, Recife e São Paulo; implantar DVOR/DME em Tabatinga; implantar ILS CAT I em Uberlândia e Vitória; substituir ILS CAT I de Campo Grande e Florianópolis; substituir o NDB de Oiapoque, Afonsos, Bacacheri, Foz do Iguaçu e Maxaranguape; substituir o sistema de controle de aproximação de solo (MGCA - GCC) de Natal; substituir os sistemas de climatização, energia e aterramento de Santiago, Canguçu, Catanduvas, Jaraguari e Morro da Igreja; implantar as estações de V/UHF *Datalink* em Canoas, Catanduvas, Corumbá, Jaraguari e Santiago; implantar as estações de VHF em Coxim, Guarapuava, Porto Murtinho, Porto Primavera, São Francisco do Sul e Três Lagoas.

Quanto à tecnologia de uso aeroespacial, está em fase de conclusão o estudo de definição do Veículo Lançador de Satélites (VLM-1) e sua carga útil experimental de entrada hipersônica (SHEFEX-III). Participam do projeto o Instituto Aeroespacial da Aeronáutica, o Centro Aeroespacial Alemão (DLR) e as empresas brasileiras Mectron, Avibrás, Cenic e empresas europeias.

Em março de 2010, foi negociada com a estatal sueca *Swedish Space Corporation* a compra de novos foguetes de sondagem VSB-30, já utilizados em 11 lançamentos de experimentos científicos e tecnológicos apoiados pela Agência Espacial Europeia (ESA). O desenvolvimento desse foguete foi realizado com o investimento de cerca de R\$ 5 milhões, participando o DLR com 40% desse valor. Para 2011, foram planejados quatro lançamentos do VSB-30, no campo de Esrange, em Kiruna, na Suécia, para atender ao programa europeu de microgravidade e também para substituir o foguete inglês *Skylark 7*, que deixou de ser produzido.





Em outubro de 2010, foi concluída a negociação com a Agência Espacial Europeia e o Centro Espacial da Guiana (CSG), em Kouru, Guiana Francesa. Essa negociação destina-se à revisão do protocolo existente entre os dois países, que prevê a continuidade do rastreo dos foguetes Ariane (França/Europa) pelo Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), bem como também dos foguetes Soyuz (Rússia) e Vega (Itália), lançados do CSG.

Encontram-se em fase de conclusão, em conjunto com a Rússia, os trabalhos de modernização e aprimoramento do Veículo Lançador de Satélites VLS-1 e o anteprojeto do VLS-1B com motor a combustível líquido no terceiro estágio.

O Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) foi o responsável pelo lançamento de oito foguetes em 2010, que envolveu veículos de treinamento para o Centro e de sondagem e experimentos de microgravidade. Foram construídas e reformadas, no CLA, as seguintes instalações: Centro de Controle, Casamata e Posições Operacionais de Lançamento de Foguetes; desenvolvimento e implantação do Sistema de Rastreo Ótico de Foguetes; reativação do Sistema de Comunicação HF; instalação da Estação Móvel de Telemetria no Sítio da Raposa; implantação do Sistema Leads para visualização de informações meteorológicas; e revitalização do Lançador de Porte Médio (LPM).

Concluiu-se em 2010 a construção da torre móvel de integração, localizada no Centro de Lançamento de Alcântara. Há a expectativa de realização dos diversos testes de adequação dos sistemas dessa torre e do Veículo Lançador de Satélites (VLS) para utilização ainda em 2011. A meta para o próximo exercício é dar continuidade aos procedimentos necessários à modernização do Centro, para o lançamento dos foguetes VLS e Cyclone-4, com o aprimoramento de sua infraestrutura operacional, técnica e de apoio.

No que diz respeito ao ensino profissional da Aeronáutica, houve a participação do corpo docente e discente em eventos científicos no País e no exterior, e a realização de parcerias para troca de conhecimento que resultaram em um grande número de produções científicas e tecnológicas em formato de artigos para congressos, revistas e livros. Graças a essas parcerias, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) foi pioneiro na instalação de um avançado sistema de arquivos deslizantes eletroeletrônicos em sua biblioteca.

No que se refere à Defesa Naval, foram efetuadas, no ano de 2010, várias manobras militares pelas unidades da Esquadra, com o propósito de manter o preparo das unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais, bem como de suas tripulações, no adequado estado de prontidão operativa. Com esse intuito, foram realizadas diversas comissões, inclusive, algumas com a participação de marinhas estrangeiras.

Quanto ao reaparelhamento e adequação da Marinha do Brasil (MB), em 2010 ocorreu a prontificação da Corveta “Barroso”, construída no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e já entregue ao Setor Operativo. Com relação aos Navios-Patrolha (NP) de 500ton, o primeiro lote composto dos NP “Macaé” e “Macau”, construídos no Estaleiro Inace S.A., no Estado do Ceará, já foi entregue à MB. O segundo lote será construído pelo Estaleiro Ilha S.A., no Estado do Rio de Janeiro.

Também teve continuidade o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), em decorrência de parceria estratégica entre o Brasil e a França, objetivando a fabricação de quatro submarinos convencionais, a construção de um estaleiro e de uma base naval para submarinos e a obtenção de um submarino de propulsão nuclear, com previsão de conclusão em 2025 mas com possibilidade de prorrogação já aprovada para 2027.

Prosseguiram-se também com as modernizações do Navio-Aeródromo “São Paulo”, Corveta “Júlio de Noronha”, Navios-Balizadores, Aeronaves de Asa Fixa AF-1/1A e Helicópteros *Super Lynx*. Para 2011, está previsto o início da modernização da Corveta





“Frontin”. A Fragata “Rademaker” teve o seu processo de revitalização iniciada em 2009, com a previsão de conclusão para 2011.

Ainda em 2010, foram adquiridos o Navio de Pesquisa Oceanográfico “Aspirante Moura”, incorporado à Armada e transferido para o Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira, em Arraial do Cabo-RJ; e o Navio de Assistência Hospitalar “Soares de Meirelles”, incorporado e sediado no Comando do 9º Distrito Naval, em Manaus-AM. Também foi iniciado o processo de obtenção de quatro Avisos Hidroceanográficos Fluviais e do Navio Hidroceanográfico Fluvial, a serem construídos em um estaleiro nacional.

Quanto aos meios aéreos navais, foram adquiridos quatro Helicópteros de Multi-Emprego S-70B *Sea Hawk* da Empresa *Sikorsky*, dos EUA, cujo recebimento está previsto para 2012. A primeira unidade de helicópteros do tipo EC-725 *Super Cougar*, referentes ao Projeto H-XBR, conduzido em parceria com a Força Aérea Brasileira (FAB), foi entregue à Marinha em 2010.

Com o propósito de contribuir para a segurança da navegação; com a salvaguarda da vida humana no mar e hidrovias interiores; e com a prevenção da poluição ambiental, causada por embarcações, plataformas e suas instalações de apoio, a Marinha realizou variados eventos para o atendimento de acordos internacionais, assim como daqueles relacionados à inclusão social, à repressão aos ilícitos transnacionais e à segurança da população.

Nesse sentido, foram empreendidas no exercício de 2010 mais de 100.000 ações de inspeção naval e vistoria, que superaram em 56% a previsão inicial. Esse resultado é fruto do esforço continuado de controle e fiscalização das embarcações, que se reflete diretamente na segurança da população.

O Centro de Dados Regional (CDRL) ou *Long Range Identification and Tracking (LRIT)* foi aprovado nos testes finais realizados pela *International Maritime Satellite Organization (IMSO)*. A Organização Marítima Internacional (IMO) o homologou, definitivamente, para operar no ambiente de produção. O CDRL, além de permitir o acompanhamento por satélite de navios mercantes estrangeiros acima de 300 toneladas, em viagens internacionais, a uma distância de até mil milhas náuticas de nosso litoral, também possibilita o monitoramento dos navios mercantes, de bandeira brasileira, em qualquer parte do globo.

O evento de maior destaque que evidenciou a empregabilidade do CDRL, em 2010, foi o salvamento da tripulação do veleiro canadense “Concórdia”, que naufragou na costa brasileira e foi resgatado por navios mercantes que se encontravam próximos do acidente e estavam monitorados pelo LRIT. Graças a essa operação não ocorreu qualquer perda de vida humana.

No âmbito interno da atuação subsidiária, o Governo, por intermédio do Ministério da Defesa, tem priorizado a atuação das Forças Armadas em iniciativas de apoio ao desenvolvimento econômico e social do País, sem comprometimento de sua missão principal de manutenção da soberania e da integridade territorial. Essas iniciativas contemplam o apoio e a assistência à população em casos de desastres e calamidades; campanhas de vacinação e enfrentamento de endemias; reconstrução de infraestrutura urbana e de transporte; atendimento médico-hospitalar e odontológico às comunidades localizadas em áreas de difícil acesso, tais como as comunidades ribeirinhas da Amazônia; e, sobretudo, mais recentemente, em ações de colaboração com os governos estaduais para manutenção da lei e da ordem.

No ano de 2010, foi de fundamental importância para o restabelecimento da segurança da população do Rio de Janeiro o apoio das Forças Armadas, na ação do Estado no combate à ocupação de traficantes nas comunidades situadas no Complexo do Alemão e na Vila Cruzeiro. A Marinha participou da operação com o envio de carros de combate, fundamentais para a entrada em locais de difícil acesso. Por sua vez, a Aeronáutica também prestou apoio aéreo às operações. Por fim, efetivos do Exército e dos Fuzileiros Navais participaram diretamente na retomada do território, até então ocupado pelas organizações criminosas que ali atuavam.





Tendo em vista o clamor da população – que apoiou maciçamente a ação governamental – vislumbra-se a possibilidade de o Exército permanecer nas áreas retomadas até que se atinja um nível razoável de segurança que proporcione aos moradores daquelas comunidades o retorno às suas atividades cotidianas com a tranquilidade desejada.

No que se refere à ajuda humanitária internacional, o País coordenou o transporte de alimentos e medicamentos para doação, em caráter de assistência humanitária, aos flagelados por desastres naturais no Haiti e no Chile.

O Haiti, após a ocorrência de terremoto, foi atendido com a doação de medicamentos e gêneros de primeira necessidade. Nessa operação, a Força Aérea Brasileira consumiu 3.300 horas de voo. Os navios da Marinha do Brasil foram mantidos por 122 dias no mar para transportar 1.180 toneladas de doações.

O Chile foi apoiado, após a ocorrência de terremoto, com o envio do Hospital de Campanha da Marinha do Brasil, que realizou 12.869 atendimentos às vítimas e 635 cirurgias. Foram deslocadas duas aeronaves de asa rotativa do Exército para atuar no resgate das vítimas e na distribuição de alimentos e medicamentos.

No exercício de 2010, as ações realizadas no âmbito do Programa de Ensino Profissional da Marinha possibilitaram a qualificação e a capacitação contínuas de alto nível para o emprego em atividades de natureza técnico-profissional. Os cursos oferecidos atenderam desde a formação básica até os níveis mais elevados de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*.

Foram executadas no ano letivo de 2010: i) a renovação do convênio com a Universidade de São Paulo (USP) para dar continuidade ao Curso de Formação de Engenheiros Navais, conduzido pela Escola Politécnica; ii) o prosseguimento do Curso de Graduação de Engenharia Naval e do Curso de Especialização em nível de Pós-Graduação *lato sensu* - Gestão e Tecnologia em Construção Naval; iii) a contratação da Aliança Francesa para ministrar o curso de língua destinado aos Engenheiros Navais que atuarão no Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub); iv) a realização do curso *Master of Business Administration* (MBA), do Instituto COPPEAD de Administração, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD/UFRJ), nos Cursos de Política e Estratégia Marítimas e de Estado-Maior para Oficiais Superiores, ministrados pela Escola de Guerra Naval; e v) os cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento, ministrados nos Centros de Ensino da MB.



